

GÊNERO E SEXUALIDADE NA INFÂNCIA: CIRCULAÇÃO DE IDEIAS NA INTERNET

GENDER AND SEXUALITY IN CHILDHOOD: IDEAS CIRCULATING ON THE INTERNET

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v22n1p85-100

Resumo

Para as pessoas adultas, seria a sexualidade na infância uma terra incógnita? Ou um campo discursivo e normativo destinado à vigilância e ao controle dos corpos infantis? Discuto a problemática há alguns anos. Volto agora a pensá-la a partir de textos publicados na internet. Pretendo questionar o que se entende por criança sexuada, por educação sexual e de gênero na infância e problematizar as ideias que circulam na atualidade. Que monstros estão sendo produzidos para se pensar a sexualidade na infância? Serão os monstros análogos aos que se produziam na época das grandes navegações? O medo revela desconhecimento e não-saber diante da sexualidade na infância ou o desejo de governá-la e enquadrá-la em algum tipo idealizado de sexualidade e gênero?

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade na infância. Internet.

Abstract

For adults, would sexuality in childhood be an unknown territory? Or a discursive and normative field for the supervision and control of the children's bodies? I have been discussing this topic for a while. I come back to the discussion from the point of view of texts published on the Internet. I intend to question what is meant by sexed child, by sexual and gender education in childhood, discussing different ideas circulating in various discourses. What monsters are being made to think of sexuality in childhood? Are the monsters similar to those produced at the time of the great navigations? Does Fear reveal ignorance and lack of knowledge on sexuality related to childhood or is it a desire to rule it and make it adapted to some idealized type of sexuality and gender?

Keywords: Gender. Sexuality in childhood. Internet.

Constantina Xavier Filha

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Departamento de Educação. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

E-mail: tinaxav@gmail.com

Seriam *terras incógnitas*, para as pessoas adultas nos dias atuais, as sexualidades e a construção das identidades de gênero na infância?

Há mais de dez anos escrevi um artigo em que perguntava se a sexualidade na infância seria terra desconhecida e habitada por *monstros* inventados e criados pelas pessoas adultas. Baseava meu questionamento em Constantine e Martinson (1984), que propunham uma reflexão acerca do tema, tomando por base o temor e o fascínio dos navegadores em suas viagens marítimas no tempo das grandes navegações por terras desconhecidas.

Hoje, já em outro século, volto ao tema então analisado, com as mesmas perguntas, mas relacionadas ao momento atual:

- Que sensações nos levariam a navegar por mares inóspitos e desconhecidos das sexualidades e gêneros nas infâncias?
- O gosto pela aventura?
- De nos lançar à deriva do que estaria por vir?
- Do imponderável?
- Do medo do sabor da descoberta?
- Da indecisão fascinante pelo novo?
- Da vontade de desbravar algo que desconhecemos ou de adentrar pelo novo?
- Ou não seriam as *terras incógnitas* tão incógnitas assim, mas campos minados por convicções, certezas e verdades inquestionáveis dos/as adultos/as?
- Não seriam os sentimentos, desejos e dúvidas transformados em discursos normativos, essencializantes, universalizantes, moralistas, para governar os corpos infantis?
- Que *monstros* criam as pessoas adultas diante das manifestações ou expressões das sexualidades das crianças?

Inebriada nos mares revoltos da dúvida, da incerteza, no desejo de questionar a solidez de verdades inquestionáveis, proponho, mais uma vez, repensar essas temáticas, desta vez veiculadas em sítios da *internet* a fim de identificar ideias e concepções que circulam na atualidade.

Penso que o tema ainda assuste muitas pessoas, em parte por o desconhecer, produzindo *monstros* nas vidas de muita gente. A partir desse não saber (ou negação do saber), constroem-se ou se produzem concepções, subjetividades e práticas antagonicas e contraditórias, que, ao final, têm como resultado *dessexualizar* a criança

ou considerar a sexualidade algo perverso. É comum ouvir que “*a criança não tem malícia*” (leia-se: sexo e sexualidade seriam sinônimos de malícia, de pecado); que “*a criança é um ser puro*” (leia-se: sexualidade e sexo são ‘impuros’, ‘sujos’) ou que “*a criança não tem sexualidade*” (frase já clássica). Contrariamente a essas concepções, há uma vigilância constante em dominar os corpos infantis e suas expressões de sexualidade. Na perspectiva adultocêntrica vigente, a ideia que predomina é a de que a sexualidade deva ser contida, preservada; de que a criança deva ser cuidada e protegida dos condicionantes sociais e culturais para evitar que a *influenciem e incentivem a uma “sexualidade precoce”*. Ora, na crença de se admitir uma *sexualidade precoce*, quererá isto dizer que se acredita na possibilidade de uma sexualidade na infância? Haveria que se admitir sexualidade na criança?

Estas formas de pensar negam a concepção de criança como sujeito ativo, criativo, estético e com capacidade de dialogar, construir hipóteses sobre o mundo, sobre si mesma, sobre seu corpo, sobre sua sexualidade.

Pensando mais detidamente nas instituições educativas a este respeito, muitas professoras e professores concordam que as crianças são sujeitos pensantes, com autonomia e capacidade de construir conhecimentos (XAVIER FILHA, 2012). Na mesma proporção em que estas questões são acionadas, no entanto, impõe-se, paradoxalmente, a ideia de que, no quesito sexualidade, isso ou não ocorre ou não deve ocorrer. Esta é a contradição que se estabelece ao não se considerar as crianças como sujeitos ativos no processo de construção de sua sexualidade, acreditando-as, ao contrário, determinadas por fatores inatos, biológicos, ou socioculturais.

Tais concepções produzem subjetividades, afetam as nossas práticas como educadores/as, ao atuar com as expressões de sexualidade das crianças. Como se trata de questões das quais me ocupo há tempo, despertou em mim a curiosidade de pesquisar o que circula atualmente a esse respeito na *internet*. Pesquisei e coletei, em sites e blogs de busca do *Google*, textos com as seguintes palavras-chave: gênero, sexualidade na infância, ideologia de gênero, cartilhas do MEC. Preocupo-me com o que vem circulando sobre essas temáticas na contemporaneidade e, mais precisamente, sobre o que erroneamente vem sendo

chamado de ideologia de gênero¹. Não aprofundarei aqui esta questão em específico, mas ela estará refletindo a onda conservadora de pensamentos dominantes que afetam sobremaneira nossos estudos e práticas pedagógicas, especialmente com as crianças, nas instituições educativas.

1) O que dizem os textos da internet sobre sexualidade e gênero da criança²

A primeira análise³ empreendida refere-se às seguintes manchetes:

Governo lança cartilha que **estimula crianças de 09 a 10 anos de idade a fazer sexo** [sem data] (Texto 1).

Conteúdo imoral na escola – Atenção pais: vejam o que seus filhos estão aprendendo na escola... **NÃO PERMITA, Processe a Escola**, a Secretaria da Educação e o MEC [2012] (Miguel Nagib – Texto 8).

Agenda da Pedofilia: movimento LGBT em todo o mundo foca em crianças e adolescentes [2013] (Texto 11).

Prepare o estômago e veja o que o governo do PT de mãos dadas com a Globo está incutindo na mente de nossas crianças e adolescentes [2013] (Texto 15).

Doutrina Gay no Jardim de Infância [2013] (Texto 16).

Livro que **ensina sexo para crianças** gera polêmica entre pais [2013] (Texto 17).

Cartilha polêmica do PT: **Querem mudar a cabeça dos nossos filhos**. Você acha isso

justo? [2014] (Texto 22).

Educação sexual nas escolas: outro crime do MEC (PT) – **DENÚNCIA: Cartilhas apoiadas pelo MEC estimulam crianças a fazerem sexo** [2014] (Marisa Lobo – Texto 23).

Distribuição em escolas de cartilhas de **ideologia do gênero** mobiliza Alagoas [2015] (Texto 24).

Pai reclama de cartilha com **teor sexual** entregue em Uberlândia – Material teria sido distribuído em escola de **educação infantil**. Secretária interina garante que entrega de cartilhas não partiu da SME [2015] (Texto 25).

Em Cornélio, Cartilha com **dicas sobre sexo, distribuída para meninas de 9 anos, revolta população** [2015] (Texto 26).

Governo lança cartilha que **estimula crianças de 9 a 10 anos de idade a fazer sexo** [2016] (Texto 29). [Grifos meus]

Uma das primeiras coisas que saltam aos olhos na leitura dos títulos dos textos, dentre tantas, é a crítica explícita ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Há uma denúncia direcionada à política empreendida pelas pessoas que estiveram à frente do Ministério da Educação nos últimos anos, sem, contudo, apresentar uma visão mais aprofundada e real das políticas empreendidas por esse organismo e sem, ao menos, pôr em dúvida ou questionar algumas das ditas certezas ferozmente anunciadas. Uma das afirmativas referendadas é a de que todos os livros citados são produto de políticas públicas empreendidas pelo MEC. Algo inverídico, em minha opinião. Não discutirei aqui sobre os tais livros que os textos asseguram ser distribuídos pelo ministério, algo que merece um aprofundamento específico, mas posso afirmar, de antemão, que a maioria das ‘verdades’ propaladas nos textos contra aquele governo são equivocadas e incorretas. A maioria dos livros citados não é de distribuição do poder público, mas obras de editoras brasileiras.

Tais ideias, além de provocarem alarde na população menos esclarecida, reforçam os ataques infundados dos textos às políticas públicas que garantiram direitos a grupos vulneráveis, como os de mulheres e os da população LGBT, nos últimos anos.

1 Sugiro a leitura da discussão teórica “Ideologia de gênero?”, no site: issuu.com/linoperes/docs/_esclarecendo_-_ideologia_de_g_ner (Acesso em: 16 nov. 2015).

2 A primeira parte do texto é a ampliação da discussão de outro, denominado “Gênero, sexualidade na infância e políticas públicas”, apresentado em palestra no XVIII Endipe. Cuiabá/ MT, em agosto de 2016.

3 Neste artigo, identifico os textos por número. Estão numerados por ordem de ano de publicação (quando não há essa informação no texto, acrescento ‘s/d’, ou ‘sem data’). Alguns textos são de blogs pessoais; outros, de blogs e sites jornalísticos, os quais nem sempre apresentam o nome do/a autor/a do texto; neste caso, a referência é unicamente do número do texto. Outros têm a assinatura de autoria ou da entrevista de determinadas pessoas; nesses casos, farei a descrição do nome de quem escreve, ou se manifesta, seguido do número do respectivo texto, seguido da data. Ao final do artigo, referencio os títulos de todos os textos consultados, e respectivas localizações.

Uma ideia recorrente nesses textos é que a criança é um ser sem sexualidade e que poderá ser influenciada (*preenchida*) por tais conhecimentos por interferência de sua relação com o meio. Parece que a criança é uma *folha em branco*, que será preenchida por algo externo. Esta hipótese se expressa nos termos “incutir na mente das crianças”, “estimular as crianças a fazerem sexo”, “mudar a cabeça das crianças”. Em algumas partes, encontram-se observações como: “Nossas crianças estão cada vez mais indefesas dentro das próprias escolas” (Texto 1, s.d); “Nossas crianças estão cada vez mais indefesas, e as escolas, que visam formar academicamente nossos filhos, estão se tornando o local onde nossos filhos são compulsoriamente sexualizados precocemente” (Marisa Lobo, texto 23, 2014). Esta mesma autora escreve no referido texto: “Não roubem a inocência de nossas crianças”; “Protejam nossas crianças”; “Estão matando a inocência da criança”.

Estas concepções consideram a criança um ser inocente, sem malícia; conseqüentemente, sem sexualidade. Parece ser alguém totalmente passivo diante das imposições do meio. Não se expressa, não interage nem teoriza sobre esses assuntos; no entanto, pode aprender os assuntos “proibidos” e, com isso, fazer *afloorar* a sua sexualidade, anteriormente adormecida ou inexistente.

A criança é pensada como ser ingênuo, sem “malícia”; portanto, assexuado. Em outros momentos, se atribui uma sexualidade exacerbada pelos condicionantes do meio, ou seja, ela é vista como hipersexuada por influências externas, seja pelos meios de comunicação, seja pelo ambiente em que vive.

Na primeira perspectiva, parece que a criança não é um ser sexuado e, por isso, a sexualidade pode ser ‘despertada’ (ou ‘desabrochar’, ou ‘afloorar’) a qualquer momento, razão pela qual muitas pessoas acreditam dever ‘proteger’ a criança para que não venha a despertar para algo nela adormecido. Esta crença – a de algo que possa ‘afloorar’ – admite a existência de algo inato ou biológico na criança. Na segunda perspectiva, que exclui a possibilidade de a criança poder ser ativa no processo de aprendizagem e constituição de sua subjetividade, admite-se que ela seja suscetível às intempéries do meio social e cultural.

A mesma lógica se aplica à construção de identidade de gênero. Esta, talvez, mais calcada nos preceitos

biológicos. Refiro-me especialmente às prerrogativas que circularam nos últimos anos, contrárias à inclusão de gênero nas políticas públicas, mais particularmente no Plano Nacional de Educação e nos planos estaduais e municipais. A ideia recorrente é de que gênero é algo determinado pelo biológico; nessa perspectiva, portanto, somente existiriam dois gêneros: o masculino e o feminino. Além dessa determinação calcada no biológico, haveria outra relação compulsória ligada a ele, ou seja, a possibilidade de se pensar o gênero na perspectiva da heterossexualidade como a única e desejável orientação sexual.

Sobre a construção da identidade de gênero das crianças, Louro (2000) destaca ser o gênero uma construção cultural feita sobre diferenças sexuais. Gênero seria uma condição ligada à constituição social, que determina, nas relações sociais, culturais e históricas, as masculinidades e feminilidades. Para a autora, o conceito seria utilizado para designar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Neste sentido, “as identidades de gênero remetem-nos às várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade” (LOURO, 2000, p. 93). Desde que nascemos, continua a autora, estaríamos interagindo com as mais diversas pedagogias de gênero, que propõem a forma ideal de se viver o masculino ou o feminino. As cores rosa e azul constituem um dos elementos dessas pedagogias que demarcariam corpos e condutas de menina e de menino.

O conceito de gênero é relacional, ou seja, não diz respeito somente ao gênero feminino, mas à constituição de masculinidades e feminilidades nas relações sociais e culturais, nas relações de poder. O gênero é um produto social e que nada tem de ‘natural’. Por tais razões, novos jeitos de ser masculino e feminino devem ser propostos nas instituições sociais e também nas educativas.

Os discursos comumente propalados nos textos da *internet* sobre gênero e sexualidade na infância, que aqui submeto à análise, estabelecem o adulto como protagonista, modelo, padrão a ser seguido. É o adulto que deve proteger as crianças e torná-las seres sem malícia. Para isso, tem a prerrogativa de decidir quando e onde falar e educá-las sistematicamente sobre tais assuntos. Na maioria das vezes, a opinião corrente é de que este assunto não deve fazer parte da infância; admite-se que deva ser discutido na adolescência, época em que, segundo esse

grupo de pessoas, começa a existir ou a se manifestar a sexualidade na vida do sujeito.

Apesar disso – e há aqui uma contradição, que, por sua vez, constitui a base de nosso ponto de vista –, observa-se que a educação sexual e de gênero já vem ocorrendo desde a infância, ou até mesmo desde antes do nascimento, quando se pensa no enxoval para meninos e meninas (preferencialmente azul para o menino e rosa para a menina).

Apesar de se redobram as formas de vigilância e de contenção, isto não impede que a criança tenha interesses, desejos de saber, curiosidades, formas de resistência, como destaca a autora Guacira Lopes Louro:

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas, limitar a sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Ao acreditar que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber a sua dimensão social e política. (LOURO, 2000, p. 79-80).

A autora ressalta os vários elementos presentes nas práticas pedagógicas de muitos/as adultos/as face às expressões de sexualidade das crianças na instituição educativa. A vigilância sobre os corpos infantis é uma prática recorrente. Pouco se dialoga sobre corpo, prazer, desprazer, medos e dúvidas com as crianças. Não se fala, ou pouco se fala. Mesmo com o silêncio, a educação sexual se processa com o aprendizado, com o medo dela, com sua transformação em segredo, em secreto, em culpa e vergonha.

As crianças são seres sexuados e se expressam como tais. Prefiro utilizar o termo ‘expressões da sexualidade’ para designar as formas pelas quais elas buscam saber e vivenciar o prazer de conhecer a si e aos/as outros/as. Comumente, utiliza-se o termo ‘manifestação de sexualidade infantil’. Este termo, utilizado por Sigmund Freud (1996) no início do século XX (entre 1901 e 1905), é marcado por suas teorias. É salutar ressaltar a importância deste psicanalista para os estudos

da sexualidade da criança, embora ele utilize o termo ‘manifestação da sexualidade infantil’ para descrever as fases de desenvolvimento erótico e sexual da criança desde o nascimento. Seus estudos destacaram, há mais de um século, que a criança é um ser sexuado. A sexualidade na infância é, para o autor, diferente da vivenciada pela pessoa adulta (XAVIER FILHA, 2012).

Como o termo ‘manifestação’ remete à psicanálise e às fases de desenvolvimento psíquico da criança, por preferir pensar as várias formas das crianças de viver a sexualidade como expressões, uma forma de dizer algo, adoto o termo *expressões de sexualidade na infância*:

O termo também nos leva a pensar nas expressões como formas de comunicação das crianças e, entre elas, como maneira de expressar suas vontades de saber, que são vivenciadas de diferentes formas conforme diferentes são os sujeitos. As expressões de sexualidade na infância podem ser pensadas de forma não essencialista e determinista, pois dependerão de situações e de interesses diversos de cada criança. Comumente, são materializadas em perguntas; em toques no corpo (autoerotismo); em exploração no corpo de outrem; em desenhos, uso de palavras diversas para designar os órgãos sexuais, entre outras tantas. (XAVIER FILHA, 2012, p. 25).

As crianças se expressam sexualmente sobre suas curiosidades, seus desejos de saber, sobre formas de dizer que são seres sexuados e que pensam a respeito, que dialogam, à sua maneira, sobre como entendem as relações do mundo social e cultural. Querem falar sobre suas dúvidas e curiosidades e tais expressões não as tornam maliciosas, perigosas e, muito menos, perversas...

O que percebemos, nos últimos anos, sobretudo com as pessoas que dizem que estamos vivendo um período de inclusão da chamada “ideologia de gênero” nas escolas – conceito equivocado e incorreto –, é que as ações da maioria das pessoas adultas revelam desconhecer a construção da infância, da criança, de sua sexualidade e da constituição da identidade de gênero, bem como revelam desconhecer o próprio conceito de gênero. Estes discursos, em vez de possibilitar o diálogo, acabam, pelo contrário, por aprisionar as crianças sob muitas formas de vigilância, disciplinamento, uniformização e universalização do que é ser criança e viver a sexualidade.

Devemos estar atentas/os a esses discursos, presentes nas mais diversas instâncias sociais, dentre elas, a *internet*, como estamos realizando na análise deste texto, e também nas instituições educativas, pois eles afetam nossas práticas pedagógicas. Navegar pelos mares revoltos dos estudos, das dúvidas, das problematizações e das novas possibilidades constitui um grande desafio para as práticas pedagógicas mais igualitárias e desafiadoras para as crianças.

Percebe-se que dois termos são pouco entendidos quando se fala em sexualidade na infância: *sexo* e *sexualidade*. Nos textos publicados na *internet*, e aqui analisados, os termos são tomados como sinônimos. As crianças, nas narrativas analisadas, ao participarem de momentos de educação sexual, aprenderiam sobre relação sexual e por ela se interessar; aprenderão sobre a prática sexual e, pasmem, poderão fazer sexo com outras crianças e com os adultos. Os absurdos apontados em vários textos chegam a assegurar que muitas escolas estão se tornando ‘escolas de sexo’ e que as crianças não irão mais gostar de brinquedos, mas de sexo. Com isso, elas ficarão viciadas em sexo e se tornarão presas fáceis de pedófilos (termo que usam exclusivamente no masculino). Tais afirmações, falaciosas, encontradas em muitos textos, afirmam que a criança que for ‘influenciada’ pelas aulas de educação sexual (por receber qualquer menção a sexo/sexualidade, mediada, por exemplo, pelas tais *cartilhas do MEC*) irá praticar sexo. Pergunta-se: Criança pratica sexo? Ou tem expressões de sexualidade que indicam curiosidade, dúvida, vontade de dialogar? Sexo e sexualidade são sinônimos?

Sexo e sexualidade não são sinônimos. O sexo em questão corresponde ao sexo adulto, à genitalidade, com as expressões de prática sexual da vida adulta. A criança tem sexualidade; vivencia expressões de sexualidade. Pode descobrir o seu corpo e, com isso, as sensações de prazer e desprazer. Pode descobrir os seus genitais, assim como descobre o seu corpo em geral.

A sexualidade infantil nos textos estudados é a genitalização do sexo adulto. Nessa perspectiva, passa a ser uma cópia das expressões da prática sexual adulta, algo que é refutado pelos atuais estudos sobre sexualidade na infância. Para esses estudos (FELIPE, 2012; XAVIER FILHA, 2009, 2012, 2014; 2014; RIBEIRO, 2012), a criança tem sexualidade, tem prazer com seu corpo,

se autoerotiza, se descobre..., porém, isso é diferente da vivência da sexualidade na vida adulta. A própria exploração erótica do corpo da criança, a que, em vez de masturbação, prefiro denominar de autoerotização, acontece por uma ótica diferente da vivenciada pelas pessoas adultas.

Ligar sexo e sexualidade como sinônimos leva a outro terrível equívoco nos textos, que é ligar sexualidade na infância à pedofilia. Para a psicóloga Marisa Lobo, por exemplo, as crianças que tiverem momentos de educação sexual, mediada por livros e cartilhas, se tornarão “adultos mirins compulsivos por sexo”. Irão gostar de sexo e, nessa ótica, se tornarão “presas fáceis para pedófilos”. Nas palavras da autora:

Deixem as crianças brincarem de ser criança, deixem as crianças em paz, deixem nossos filhos serem crianças, não roubem a sua inocência. Não as transformem em **adultos mirins compulsivos por sexo adulto**. Não as tornem **presas fáceis para pedófilos**, não banalizem a sexualidade das nossas crianças. (Marisa Lobo, Texto 23, 2014).

Sabemos que se ela aprender precocemente o prazer do sexo adulto se tornará presa fácil para predadores sexuais, achando até mesmo que está sendo cuidada. (Marisa Lobo, Texto 23, 2014).

Estamos às portas de uma **adultização sexual de nossas crianças**. Ou seja, da **aceitação da pedofilia como direito da criança**. (Marisa Lobo, Texto 23, 2014). [Grifos meus]

Além da pedofilia, a criança, para a referida autora, seria presa fácil da exploração sexual.

Estão doutrinando sexualmente nossas crianças, mudando a cultura de uma nação sobre seu corpo, **tornando-as presas fáceis para a indústria sexual infantil**. (Marisa Lobo, Texto 23, 2014).

A psicóloga é enfática ao dizer que a criança tem a mesma sexualidade que uma pessoa adulta. Além disso, afirma que a criança, ao ler as cartilhas e/ou livros que falam sobre sexualidade e sexo, se tornarão ‘adultos mirins’, ou sofrerão uma ‘adultização precoce’, aprenderão a gostar

de sexo genital. A ideia é que esse tipo de educação despertará algo que não existia na criança e isso apressaria seu desenvolvimento sexual. O prazer da sexualidade na infância é erroneamente confundido com o prazer das práticas sexuais adultas. Não se considera que a criança tenha sexualidade e que sofra um processo diferente ao da genitalização do adulto. Para ela, a criança sofrerá as imposições do meio social e será 'influenciada', vindo a gostar do sexo, contribuindo, assim, com as investidas dos/as agressores/as sexuais. Ela será até mesmo alvo fácil da exploração sexual, que ela denomina de 'indústria sexual infantil'.

A autora parece desconhecer os estudos que mostram ser a criança um ser sexuado, mas de sexualidade diferente da do adulto; que a criança que estuda e é informada sobre tais assuntos dificilmente será alvo de ações de pedófilos/as.

Escartín (2015) resalta algumas características de crianças que podem ser vítimas em potencial de violência sexual: a) não recebem suficiente afeto e se sentem inseguras; b) apresentam problemas de autoestima; c) não sabem expressar seus sentimentos e inquietudes; d) não conhecem seus corpos; e) são submissas e dóceis; f) têm pais/mães autoritários e obedecem aos adultos e se calam diante deles, dentre outras. Nas palavras da autora, crianças que não discutem questões como sexualidade e gênero podem ter dificuldade de se expressar em possíveis investidas de violência sexual. Sexualidade, gênero, intimidade, corpo, entre outros assuntos, podem ser discutidos e trabalhados nas instituições educativas utilizando-se práticas pedagógicas dialógicas, éticas, respeitadas e acolhedoras. Livros, cartilhas e filmes, dentre outros artefatos culturais, podem ser importantes recursos para impulsionar esse diálogo sobre direitos das crianças, respeito e conhecimento dos corpos, das formas de expressar sentimentos, dúvidas, medos, formas e jeitos de dizer 'não', dentre tantas possibilidades que podem surgir em torno do cuidado de si e do outro, como reforçam as autoras citadas a seguir:

O(a) ofensor(a) sexual geralmente tem preferência por vítimas com autoestima baixa, inseguras e que necessitam ser cuidadas, o que as torna suscetíveis a condições de sujeição e condicionamento amplamente exploradas pelos(as) ofensores(as). Estando vulneráveis, as

vítimas apresentam dificuldades em discriminar uma possível situação abusiva, bem como um(a) potencial ofensor(a), daí a importância dos programas preventivos e da utilização de livros que abordam a temática do abuso sexual infantil (ASI) que possam ensinar habilidades protetivas para as crianças reconhecerem e se protegerem diante de situações abusivas. (SOMA; WILLIAMS, 2014, p. 354).

As habilidades protetivas podem ser ensinadas às crianças sem binarismos, maniqueísmos e alarmismos, ou que promovam o pânico moral proposto pela psicóloga Marisa Lobo. Deveriam fazer parte do projeto pedagógico das instituições:

[...] consideram-se as habilidades de autoproteção aquelas que empoderam o indivíduo para que ele seja capaz, diante de situações de risco, de apresentar comportamentos adequados que o protejam de possíveis maus tratos, inclusive de abuso sexual. Podem ser citadas habilidades assertivas tais como um grito de autodefesa, pedido de ajuda para amigos e contar para alguém caso algum incidente ocorra. (HÉBERT *et al.*, 2001; BARROS; WILLIAMS, 2008, p. 98).

Como se observa, a criança que tem a oportunidade de discutir sobre sua sexualidade, sobre prazer, corpo, descoberta, intimidade, dificilmente constituirá alvo fácil de pedofilia, ou de exploração sexual. Pelo contrário, poderá dizer não às investidas de pedófilos/as e à indústria da exploração sexual, buscando ajuda em situação de perigo ou ameaça. Portanto, discordo veementemente da concepção anteriormente expressa no texto de Marisa Lobo.

É evidente que as práticas de educação sexual, ou de educação para a sexualidade (como prefiro chamar), devem ser realizadas a partir das curiosidades das crianças, calcadas em práticas dialógicas, éticas e nos preceitos dos direitos humanos. O/a professor/a deve receber formação docente específica para tratar desses temas, para entender de sexualidade na infância, de constituição de sexualidade e gênero nesse período da vida, para pensar em construir repertórios teórico-metodológicos e legais para o trabalho com esses sérios e importantes assuntos. Portanto, vejo a necessidade de se propiciar às crianças esses momentos de

diálogo. Os livros infantis são artefatos importantes para serem trabalhados, respeitando as condições de interesse e desenvolvimento cognitivo de cada grupo de criança.

Os *monstros* criados pelos textos analisados e publicados na internet podem assustar muitos familiares de crianças em idade escolar. Os textos são enfáticos e não instigam à dúvida ou questionamentos. Utilizam uma linguagem impositiva e com caráter de denúncia. Têm a prerrogativa de anunciar e denunciar supostas “maldades” arquitetadas por um grupo de pessoas cujo propósito seria acabar com a infância e interferir na educação familiar. São textos maniqueístas, que procuram dividir as pessoas em boas e más. Benevolentes seriam as que denunciam os estudos e propostas dos movimentos sociais, sobretudo os LGBT e os feminismos.

2) Sexualidades e guerra contra as famílias

Dois dos assuntos mais frequentes nos textos analisados, quando as questões permeiam as sexualidades, dizem respeito a duas temáticas: a disseminação da homossexualidade e a destruição da família.

Os textos são enfáticos ao afirmar que as cartilhas e as ideias sobre sexualidade e gênero nas escolas estão disseminando o “gayzismo”, o “homossexualismo” e o “bissexualismo”.

Cartilhas, livros didáticos e livros infanto-juvenis têm sido usados como estratégias para tonar o **homossexualismo** algo natural. (Texto 11, 2013).

Agora, a meta do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) em todo o mundo é **doutrinar os indivíduos desde a infância e adolescência**, despertando a sexualidade desses para que possam ‘desabrochar o seu lado feminino ou masculino’ sem crises. (Texto 11, 2013).

Lições estas, em realidade, **submetem meninos e meninas a ensinamentos bissexuais**, e os estimulam a se descobrirem sexualmente com a justificativa de que isso é comum, normal, natural. (Texto 11, 2013).

[...] **pros ativistas gays, não há limite de idade para aliciar discípulos**. Eles agora estão estendendo suas garras para as crianças da educação infantil. (Texto 16, 2013). [Grifos meus].

Vários equívocos estão presentes nessas afirmativas. A ideia que predomina é que há um objetivo implícito (ou explícito?) do movimento LGBT e feminista em educar as crianças e adolescentes para torná-los homossexuais e bissexuais. O que chamam de ‘gayzismo’ (palavra estanha, parece oriunda da junção de gay+nazismo!) aparece nos textos como estratégia ou artimanha para “aliciar discípulos” (Texto 16, 2013). A estratégia utilizada pelo movimento, sobretudo o LGBT, segundo a denúncia, é utilizar livros para a infância para disseminar seus conteúdos e com isso ‘doutrinar’ a cabeça das crianças e jovens. A orientação sexual parece ser facilmente ensinada e a heterossexualidade estar em perigo. O *monstro* da homossexualidade parece assustar/ameaçar a frágil heteronormatividade imposta pelas ideias hegemônicas, presentes nos textos analisados.

O termo ‘homossexualismo’ é recorrentemente utilizado. Este termo parece sugerir que se trate de doença. Esta concepção já é refutada há alguns anos no Brasil e no mundo, entre as pessoas que estudam o assunto. Desde a década de 1970, as principais associações científicas internacionais deixaram de classificar a homossexualidade como doença. Em 1974, a Associação Norte-Americana de Psiquiatria (APA) deixou de considerar a homossexualidade como distúrbio mental. Em 1975, a Associação Americana de Psicologia não mais considerou a homossexualidade uma doença. No Brasil, em 1984, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) posicionou-se contra a discriminação e considerou a homossexualidade como algo não prejudicial à sociedade. No ano de 1985, no Brasil, o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da condição de desvio sexual. Em 1990, a Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o termo e o conceito de “homossexualismo” da lista de doenças mentais, declarando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão. Por isso, foi excluída do Código Internacional de Doenças (CID). O Conselho Federal de Psicologia (CFP) do Brasil, em 1995, deixou de considerar a homossexualidade um desvio sexual. O CFP estabeleceu, por meio da resolução nº 001/99, as “*Normas de atuação para psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual*”. Elas determinam que os/as psicólogos/as não devem exercer qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou

práticas homoeróticas, nem devem colaborar com eventos e serviços que proponham “tratamento” e “cura” da homossexualidade.

Em nenhum momento essa discussão é privilegiada nos textos analisados e divulgados na rede de computadores. A ideia que circula é a de que a homossexualidade é anormal, doentia, perigosa e perversa para a paz e perpetuação da família heterossexual. Um *monstro* perigoso a perseguir crianças e adolescentes...

Percebemos, mais uma vez, que se considera a criança um ser indefeso e apático em relação a qualquer interferência cultural. Os textos também remetem à ideia de uma sexualidade e construção da identidade de gênero como algo a ser imitado, construído por osmose e determinado pelos condicionamentos do meio social. Desconsidera a multiplicidade dos sujeitos, a capacidade crítica e inventiva de cada um/a para constituir suas diversas identidades, dentre elas a sexual e a de gênero.

Louro (2000) destaca que gênero é uma construção cultural feita sobre diferenças sexuais. Gênero está ligado à construção social, constituindo masculinidades e feminilidades nas relações sociais, culturais e históricas. Nos textos selecionados e analisados, este é um dos aspectos refutados, especialmente quando, frequentemente, se associa gênero à orientação sexual. É possível observar, nos textos, que as múltiplas formas de ser masculino e feminino são vistas como sinônimo de bissexualidade ou de homossexualidade. Não se reconhecem as muitas formas de ser hétero e de viver múltiplas formas de gênero, ou, até mesmo, de muitas pessoas não quererem se adequar a nenhum tipo de gênero existente (ou ao modo vigente ou predominante de viver determinado gênero). Aliás, a ideia de “gênero neutro” também é outro *monstro* denunciado nos textos. Apregoa-se a ideia da construção de gênero como algo contrário à biologia, razão da ideia de se criar um gênero que não seja nem o masculino nem o feminino, portanto, “neutro” e passível de escolha do sujeito. “Não estão respeitando a identidade biológica das nossas crianças”, diz Damares Alves (texto 3, s.d.). Relativamente a esta questão e a outras com a mesma temática, gênero é especificamente binário: masculino e feminino; entendendo-se por masculino o de quem tem pênis e feminino o de quem tem vulva. A hipótese de haver mulher com pênis, homem com vulva... é inadmissível nessas discussões, ou seja, pensando o gênero não ligado

ao biológico, mas à identidade de sentir-se como masculino ou feminino. Atacam ideias oriundas de ‘ideologia de gênero’ que teriam surgido, segundo os/as autores/as, para destruir as concepções de sujeito universal, oriundas da biologia e da criação divina. As ideias contrárias ao determinismo biológico são desaprovadas e consideradas inapropriadas para serem levadas às crianças porque, reforçam os textos analisados, poderiam desvirtuá-las da ‘natural’ condição de ser masculino e feminino.

A heterossexualidade parece ser frágil nessas narrativas. Há uma frequente premissa de imprimir a heterossexualidade como norma, a única desejável e aceita, embora pareça frágil ao tentar, o tempo todo, impor o temor do *monstro* da homossexualidade. A prática sócio-cultural, que insiste o todo tempo na heterossexualidade como única possibilidade de identidade sexual, recebe o nome de heteronormatividade. Por este conceito, entendemos a ideia de que a heterossexualidade seja considerada a única e desejável identidade sexual para os sujeitos, ideia recorrente nos textos analisados. Ela reforça a premissa de que os gêneros são definidos pela ótica da heterossexualidade, além de induzir a pensar numa relação direta entre sexo/gênero/desejo. Por tal perspectiva, uma pessoa que nasce com pênis seria necessariamente do gênero masculino e com identidade heterossexual. O mesmo se aplicaria à menina, com vulva, que seria do gênero feminino, também com identidade heterossexual. Tudo o que foge a essa sequência seria considerado desvio, aberração, abjeção, doença. Por heteronormatividade, entendemos:

Conjunto de valores, normas, dispositivos e mecanismos definidores da heterossexualidade como a única forma legítima e natural de expressão identitária e sexual, que faz com que a homossexualidade, a transgeneridade e as práticas sexuais não reprodutivas sejam vistas como desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado. Como explica Judith Butler, a imposição de heteronormatividade se vincula a processos de produção de corpos, sujeitos e identidades coerentemente sintonizados com a sequência sexo-gênero-sexualidade. Mais do que isso: a heteronormatividade se fundamenta na crença na divisão binária dos corpos (macho e fêmea), e na atração “natural” entre os “sexos opostos” (correspondentes, obrigatoriamente,

a gêneros distintos, também definidos de maneira binária). Nesse contexto, os gêneros são definidos com base na “matriz heterossexual”, e a expressão da sexualidade e da orientação sexual é rigidamente vinculada às identidades e expressões de gênero segundo esse modelo binário e essa crença na correspondência sexo-gênero. Assim, a heteronormatividade reforça as concepções binárias e as normas de gênero, e a produção da seqüência heteronormativa sexo-gênero-sexualidade obedece à lógica da produção de corpos e desejos obrigatoriamente heterossexuais (“heterossexualização compulsória”). Por isso, corpos que escapam dessa seqüência (arbitrária, mas tida como “natural”) são considerados incompreensíveis. (CARVALHO, ANDRADE, JUNQUEIRA, 2009, p. 20-21).

A heteronormatividade está presente nos textos, na medida em que se questiona a homossexualidade, considerando-a doença, perversidade e anormalidade. Com isso, estão afirmando que a única e saudável orientação sexual é a heterossexualidade.

Nos textos, é constante a reiteração da heterossexualidade como norma, revelando, contraditoriamente, que está posta à prova, revelando que, por tal preocupação, se trate de uma identidade sexual frágil, constantemente em perigo. Se está em perigo, se deveria interpretar que ela não é tão ‘natural’ assim. É construída como as demais identidades sexuais, em meio a conflitos, dúvidas, incertezas, relações de poder. Essa questão não é, em momento algum, aventada pelos textos que só admitem a heterossexualidade como a identidade sexual desejável e normal.

Por fim, o outro *monstro* presente nos textos é o da destruição da família heterossexual e a destituição dessa família para educar as crianças.

Estão querendo, de forma precoce, tirar o direito que temos de educar e ensinar os nossos filhos com valores e princípios, bem como tratar de assuntos que só cabem a nós, pais e familiares, passarmos; porém, o fazemos no tempo certo e não a uma criança de 6, 7 anos, como tem acontecido aqui – em Aragarças, em Goiás – e em diversas partes do Brasil, afirma Sérgio Arantes, presidente do Conselho Municipal de Educação e representante dos pais na cidade. (Texto 22, 2014).

O que chega ao conhecimento é apenas uma fração do que acontece no interior das salas de aula; é o que “vaza” por acidente. O MEC continua trabalhando de modo incansável para **destruir a autoridade moral dos pais sobre os filhos**. (Miguel Nagib, Texto 8, 2012).

A educação sexual deve ser deixada para a família, até porque é dela o direito de falar deste assunto quando, onde e no momento que julgar necessário, sem a interferência de terceiros. (Texto 22, 2014).

“Os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. É isso que estabelece o artigo 12 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), da qual o Brasil é signatário. Ocorre que esse direito não vem sendo respeitado por nossas escolas. Burocratas e “especialistas” em educação decidiram educar nossos filhos por nós. (Miguel Nagib, texto 8, 2012). [Grifos meus].

A destruição da família heterossexual ocorre com o mesmo argumento da heteronormatividade anteriormente discutido. Os textos alertam para a ameaça do discurso normalizante da homossexualidade, pois disso adviria a não aceitação de outros tipos de família, que não a hegemônica heterossexual. As outras possibilidades são rejeitadas e negadas, especialmente com a supremacia de um determinado discurso religioso que reforça que família deva ser constituída por um homem e uma mulher.

Arelada à ideia de tentativa de destruição da família heterossexual, vem a preocupação com o que atribuem ser ‘ideologias’ produzidas com interferência do governo petista, de que estaria havendo um propósito de destituir o poder familiar de educar filhos/as. O argumento presente nos textos é de que assuntos relativos à sexualidade e gênero devam ser exclusivos da família. Cabe à escola informar; educar é prerrogativa da família. De que educação se está falando? O que se considera educar e informar? Quais seriam as funções das instituições educativas?

Educar e ensinar/informar entraram nos debates nos últimos anos, especialmente por parte dos/as adeptos/as do movimento Escola sem Partidos, que revelam que a escola deve ser neutra em seus ensinamentos. Outro temerário equívoco.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) – LDB –, que rege a educação brasileira, é enfática, em seu artigo 1º, ao dizer que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. No parágrafo primeiro, dirá que o ensino ocorrerá predominantemente em instituições próprias. A lei é clara ao afirmar que todas as instituições educam, inclusive a escola e os centros de Educação Infantil. As discussões dos Estudos Culturais asseguram que há pedagogias, em todos os lugares, que ensinam e educam os sujeitos. E esses não são considerados passivos diante dos ensinamentos que lhes são mediados. Portanto, as instituições educativas, como quaisquer outros espaços culturais, podem ensinar e educar, juntamente a família.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), especificamente nos temas transversais, também discutem esta questão ao dispor que temas como sexualidade, corpo e gênero podem ser discutidos na escola desde os primeiros anos do Ensino Fundamental. Não se pretende uma educação das crianças apartada da família, mas também não se almeja que a escola seja refém do que os familiares consideram ideal de vida, até mesmo porque as instituições educativas devem ser espaços para se aprender a pensar na diversidade, na diferença, nas múltiplas possibilidades que envolvem os sujeitos humanos (ou até no autoconhecimento).

Alguns dos textos analisados são enfáticos ao dizerem que esses assuntos são exclusivos da família e até instigam os familiares a se rebelarem contra as instituições educativas que desenvolvem trabalho com os assuntos em pauta. Oferecem subsídios jurídicos aos familiares para processarem as instituições educativas que discutem sobre sexualidade e gênero.

É possível obrigar o governo a agir, mas na Justiça isso pode levar anos. A boa notícia é que os pais não precisam esperar de mãos atadas. **Nosso conselho é processar por danos morais as escolas e os professores que transmitirem aos seus filhos conteúdos que se chocarem com os seus valores e convicções.** Além do dano moral causado aos seus filhos – o que precisa ser avaliado caso a caso –, há o dano decorrente da **violação da sua autoridade moral.** Em

situações como essas, dependendo do caso, as indenizações podem passar de R\$ 20 mil.

Ou, se quiserem agir preventivamente, ajuízem, com base no art. 12 da CADH, **ações para que as escolas e os professores dos seus filhos sejam obrigados a se abster, sob pena de multa, de veicular conteúdos morais nas disciplinas obrigatórias;** e orientem seus filhos a lhes reportar em casa o que virem e ouvirem na sala de aula. **Se os professores e as escolas começarem a ser processados e condenados,** é possível que pensem duas vezes antes de ensinar a criança de 10 anos “o que é boquete” e “como dois homens fazem sexo” (Miguel Nagib⁴, texto 8, 2012). [Grifos meus]

O que o texto propõe parece ser uma cruzada da família contra os/as educadores/as. O advogado estimula os pais (o termo é utilizado exclusivamente no masculino) a processarem os/as educadores/as que discutam temas que, em sua opinião, não devem ser discutidos na escola. O autor é enfático em afirmar que o Ministério da Educação “continua trabalhando de modo incansável para destruir a autoridade moral dos pais sobre seus filhos” (Texto 8, 2012). Questiona e condena as escolas por suas práticas curriculares e pedagógicas, por discutirem assuntos legitimados por documentos legais⁵, que legitimam que essas temáticas sejam trabalhadas.

O *monstro* construído é o da família *versus* escola. Não pretendem o diálogo e o debate sobre os assuntos em pauta, mas enfatizar a ideia de que não devem ser tratados, sob nenhuma condição, nas instituições educativas. O discurso judicialista é empregado em tom de ameaça à liberdade de expressão pedagógica dos/as educadores/as.

Todo discurso adotado nos textos analisados leva ao ápice de coação aos/as educadores/as. Muitos/as poderão recuar e se acovardar por não terem argumentos

4 Advogado, coordenador do grupo Escola Sem Partido.

5 Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) é um desses documentos que assegura a possibilidade de se discutir assuntos relativos à sexualidade, ao gênero e ao corpo com crianças. O Plano Nacional de Educação (Lei 13.005, de 25 de junho de 2014), ao propor as diretrizes para os próximos dez anos – quais sejam: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na **promoção da cidadania** e na **erradicação de todas as formas de discriminação**; “promoção dos princípios do **respeito aos direitos humanos, à diversidade** e à sustentabilidade socioambiental” (grifos meus) – leva-nos a perguntar: “todas as formas de discriminação” não se referem à desigualdade de gênero, à violência de gênero, ao sexismo, à misoginia, ao machismo, à homofobia e ao racismo?

teórico-metodológicos e legais diante da ameaça de serem processados/as. Muitos/as, por se sentirem isolados/as na empreitada de discutir assuntos pouco debatidos ou polêmicos, podem se calar. Aqui está o nosso desafio contemporâneo: engrossar o coro de educadores e educadoras que não se calam e lutam por seus direitos e os das crianças e adolescentes. Vejo, cada vez mais, que urge criar espaços de solidariedade entre nós educadores/as, bem como de formação continuada, para nos sentirmos informados/as de nossos direitos e deveres a respeito dos aspectos legais que legitimam que as temáticas em voga sejam discutidas com as crianças.

Acredito, por essa discussão, que a formação docente deva ser algo de extrema importância para pensarmos coletivamente as teorias e estudos que há anos nos instigam a discutir sobre sexualidade, gênero, corpo e diversidades com crianças e adolescentes. Tais discussões e iniciativas deverão trazer os familiares das crianças e adolescentes para o debate, para não se sentirem também ameaçados e reféns das narrativas aterrorizadoras circulantes, como as que aqui apresentei, que promovem o medo, o pavor e o recrudescimento de práticas antidemocráticas, produzindo e criando *monstros* que aprisionam as crianças e os demais sujeitos.

Os *monstros* contemporâneos, criados sobre a sexualidade e a construção das identidades de gênero na infância, devem ser discutidos com maior frequência e regularidade, pensados, encarados, desmistificados pelas pessoas adultas. Estes *monstros* parecem reviver e multiplicar-se com os discursos expressos nos textos analisados neste artigo. Eles aparecem com muitas cabeças e com poderes sobrenaturais. São maniqueístas, essencializantes, universalizantes e tentam capturar a criança (ou, particularmente, seus pais/mães/famílias) e impedi-la de conhecer outras ideias, outras possibilidades de ser.

Nos textos analisados, os *monstros* contemporâneos despertam, junto aos pais/mães e responsáveis pelas crianças, o “temor”, sob as quatro perspectivas em que são apresentados, a) a apologia e estimulação/erotização precoce de crianças de 6 a 12 anos de idade nas escolas públicas; b) a apologia à pedofilia; c) a disseminação do “gayzismo”, do “homossexualismo”, do “bissexualismo” e o incentivo ao gênero “neutro”; e d) guerra contra a família.

As várias facetas desse *monstro*, ou de muitos *monstros* criado(s) nos últimos anos, embora aqui discutidos, necessitam de muito mais debate na sociedade. Precisamos pensar que não estamos em um mundo dividido entre nós e eles/as, entre os ‘bons’ e os ‘maus’, mas que somos um mundo múltiplo, inclusive de ideias e argumentos. Estes muitos mundos precisam ser apresentados às crianças e adolescentes nas instituições educativas. Não queremos ser donos/as de ‘verdades únicas’ e sim múltiplas, plurais, sobre todos os assuntos. Grandes desafios contemporâneos nos mobilizam a pensar cotidianamente sobre o que estão fazendo de nós e como nos posicionamos frente a esses discursos. Com diálogo e novas possibilidades de pensar, veremos, na medida em que nos colocamos a navegar por múltiplas formas de pensar, que estes *monstros* não são tão assustadores assim!

Referências

- BARROS, Roberta Dias de; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque; BRINO, Rachel de Faria. Habilidades de auto proteção acerca do abuso sexual em mulheres com deficiência mental. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**: Marília, jan./abril, 2008, v. 14, n. 1, p. 93-110.
- BRASIL. **LEI nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: tema transversal de orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação – PNE.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual**. João Pessoa: Ed. EFPB, 2009.
- CONSTANTINE, Larry; MARTINSON, Floyd M. **Sexualidade infantil**. Novos conceitos. Novas perspectivas. São Paulo: Roca, 1984.

ESCARTÍN, Maggie. **Abuso sexual: uma guia para acercarse al tema**. Retirado do site <http://es.slideshare.net/corhumanizando/abuso-sexual-cartilla-sobre-el-tema-escrita-por-maggie-escartin> Acesso em 07/08/2015.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. **Obras psicológicas completas** (v. VII – 1901-1905). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

RIBEIRO, Cláudia Maria. Educação para a sexualidade nas nuvens: quando há o anúncio das tempestades... In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012.

SOMA, Sheila Maria Prado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Livros infantis para prevenção do abuso sexual infantil: uma revisão de estudos. In: **Temas em Psicologia**, 2014, vol. 22, n. 2, p. 353-361.

SOUZA, Jane Felipe de. Sexualidade na infância: dilemas da formação docente. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012.

XAVIER FILHA, Constantina Xavier (Org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para as sexualidades, a igualdade de gênero e as diversidades na educação das infâncias. In: _____ (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Editora UFMS, 2012.

XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidades, gênero e infâncias no cinema**. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2014.

Textos analisados de sites da internet:

N. do texto	Título	Ano de Publicação	Localização	Data de acesso
01	Governo lança cartilha que estimula crianças de 09 a 10 anos de idade a fazer sexo	s.d	http://resgateon.com.br/governo-lanca-cartilha-que-estimula-criancas-09-e-10-anos-de-idade-a-fazer-sexo	19/3/2016
02	Nas ruas, alunos defendem cartilha que causou polêmica	s.d	http://www.amambainoticias.com.br/brasil/nas-ruas-alunos-defendem-cartilha-que-causou-polemica	19/3/2016
03	Lobby LGBT destruiu a educação no Brasil, denuncia pedagoga	s.d	http://verdadesufocada.comunidades.net/educacao-sexual-nas-escolas-outro-crime-do-mec	19/3/2016
04	Cartilha sobre educação sexual distribuída em escolas causa polêmica em Embu, na Grande SP	2011	http://oglovo.globo.com/brasil/carilha-sobre-educacao-sexual-distribuida-em-escolas-causa-polemica-em-emb-na-grande-sp-2718360	19/3/2016
05	Prefeitura de Embu investiga entrega de cartilha sobre Educação Sexual	2011	http://brasilnewsbrasil.blogspot.com.br/2011/07/prefeitura-de-embu-investiga-entrega-de.html	19/3/2016
06	Cartilha com conteúdo sexual 'explícito' distribuído em escola de Embu ganha noticiário nacional	2011	http://www.fatoexpresso.com.br/2011/07/09/cartilha-com-conteudo-sexual-%E2%80%98explicito%E2%80%90distribuido-em-escola-de-embu-ganha-noticiario-nacional?	19/3/2016
07	Conteúdo de cartilha sobre educação sexual revolta pais em São Paulo	2011	http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2011/07/conteudo-de-cartilha-sobre-educacao-sexual-revolta-pais-em-sao-paulo.html	19/3/2016
08	Conteúdo imoral na escola Atenção pais: veja o que seus filhos estão aprendendo na escola... NÃO PERMITA, Processe a Escola, a Secretaria da Educação e o MEC	2012	http://defesa-hetero.blogspot.com.br/2012/11/atencao-pais-veja-o-que-seus-filhos.html#.Vu3T1tIrk1s	19/3/2016
09	Mentiras!? Manipulação!? Professora da Metodista refuta o vídeo de Damares Alves e acusa a autora de manipular a igreja com objetivos eleitorais	2013	http://jamirlima.blogspot.com.br/2013/09/vale-pena-ver-o-video-que-chama-atencao.html#.Vu3udlrK1s	19/3/2016
10	As cartilhas e vídeos do MEC recolhidos	2013	http://compromissoconsciente.blogspot.com.br/2013/09/mpf-recomenda-suspensao-imediata-da.html	19/3/2016
11	Agenda da Pedofilia: movimento LGBT em todo o mundo foca em crianças e adolescentes	2013	http://www.anovaordemmundial.com/2013/12/agenda-da-pedofilia-movimento-lgbt-em.html	19/3/2016

12	Alunos de Escola Pública de Joaçaba recebem Cartilha com material obsceno – Mãe ficou surpresa ao analisar material que o filho estava lendo	2012	http://www.radiocatarinense.com.br/porta/noticias_detalle.php?id=4130	19/3/2016
13	Educação Sexual nas Escolas – 2013 – Pais, observem o que seus filhos recebem como orientação	2013	http://compromissoconsciente.blogspot.com.br/2013/12/educacao-sexual-nas-escolas-2013-pais.html	19/3/2016
14	Educação Sexual nas Escolas – Cartilhas do MEC	2013	http://compromissoconsciente.blogspot.com.br/2013/09/mpf-recomenda-suspensao-imediata-da.html	19/3/2016
15	Prepare o estômago e veja o que o governo do PT de mãos dadas com a Globo está incutindo na mente de nossas crianças e adolescentes	2013	Htp://umfilhodamaegentil.blogspot.com.br/2013/05/prepare-o-estomago-e-veja-o-que-o.html	19/3/2016
16	Doutrina Gay no Jardim de Infância	2013	http://ocatequista.com/archives/9405	19/3/2016
17	Livro que ensina sexo para crianças gera polêmica entre pais	2013	http://defesa-hetero.blogspot.com.br/2013/02/livro-que-ensina-sexo-para-criancas.html#.Vu3Sg9IfK1s	19/3/2016
18	Alemanha explica a homossexualidade para crianças – O jeito que os alemães encontraram para explicar a homossexualidade para crianças	2013	http://pragmetismopolitico.com.br/2013/12/cartilha-homossexual-alemanha.html	16/3/2016
19	Conheça as polêmicas cartilhas de Educação Sexual para crianças de 6 a 12 anos	2014	http://diariodebiologia.com/2014/07/conheca-como-sao-as-cartilhas-de-educacao-sexual-para-criancas-de-6-a-12-anos/	19/3/2016
20	Cartilha sobre sexualidade infantil. Um problema já antigo!	2014	http://arautodecristo.com/2014/10/09/cartilha-sobre-sexualidade-infantil-um-problema-ja-antigo/	19/3/2016
21	Cartilhas de Educação Sexual para crianças	2014	http://professornegreiros.blogspot.com.br/2014/05/cartilhas-de-educacao-sexual-para.html	19/3/2016
22	Cartilha polêmica do PT: Querem mudar a cabeça dos nossos filhos. Você acha isso justo?	2014	http://rodrigoabreupdt.blogspot.com.br/2014/04/cartilha-polemica-do-pt-querem-mudar.html?view=snapshot	23/3/2016
23	Educação sexual nas escolas outro crime do MEC(PT) DENÚNCIA: Cartilhas apoiadas pelo MEC estimulam crianças a fazerem sexo	2014	http://www.escolasempartido.org/educacao-moral?start=12	19/3/2016

24	Distribuição em escolas de cartilhas de ideologia do gênero mobiliza Alagoas	2015	http://primeiraeducacao.com.br/noticia/2015/06/12/distribuicao-em-escolas-de-cartilhas-de-ideologia-do-genero-mobiliza-alagoas	19/3/2016
25	Pai reclama de cartilha com teor sexual entregue em Uberlândia – Material teria sido distribuído em escola de educação infantil. Secretária interina garante que entrega de cartilhas não partiu da SME.	2015	http://g1.globo.com/minas-gerais/tianguo-mineiro/noticia/2015/06/pai-reclama-de-cartilha-com-teor-sexual-entregue-em-uberlandia.html	19/3/2016
26	Em Cornélio, Cartilha com dicas sobre sexo distribuída para meninas de 9 anos revolta população	2015	http://www.odairmatias.com.br/blog/item/2983-cartilha-do-mec-com-dicas-sobre-sexo-distribu%C3%ADda-para-meninas-de-9-anos-revolta-popula%C3%A7%C3%A3o-procopense.html	19/3/2016
27	Entenda a polêmica das cartilhas de educação sexual do MEC	2016	http://www.colegioweb.com.br/politica/polemica-cartilhas-educacao-sexual-mec.html	19/3/2016
28	Sem título	2016	http://erosdita.ne10.uol.com.br/2016/01/e-boato-esclarecendo-a-polemica-sobre-o-suposto-livro-d-educacao-sexual-distribuido-pelo-mec	16/3/2016
29	Governo lança cartilha que estimula crianças de 9 a 10 anos de idade a fazer sexo	2016	http://unaienses.blogspot.com.br/2016/01/governo-lanca-cartilha-que-estimula.html	19/3/2016
30	MEC nega boato sobre distribuição de livro de educação sexual a escolas	2016	http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/01/mec-nega-boato-sobre-distribuicao-de-livro-de-educacao-sexual-escolas.html	19/3/2016

Artigo recebido: 11/07/2016

Aceito: 31/10/2016